

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 27 DE JULHO DE 2021

Às 08h30 do dia 27 de julho de 2021, por videoconferência, devido ao estado de emergência decorrente do Coronavírus, declarado pela Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, realizou-se a 7ª Reunião Ordinária de 2021 do Conselho de Administração do Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, sob a presidência do Conselheiro Luis Felipe Salin Monteiro, com a participação dos Conselheiros Marco Paulo Reis Tanure, João Manoel da Cruz Simões, Marco Aurélio Sobrosa Friedl, João Pedro Viola Ladeira e Rafael Bicca Machado. Fizeram-se presentes, também, durante os trabalhos do Colegiado, o Diretor-Presidente do Serpro, Senhor Gileno Gurjão Barreto, Auditor Interno do Serpro, Senhor Carlos Moraes de Jesus, e as Assessoras Sara Franco Lustosa da Costa e Edilaine Rosa de Sousa Matos, no exercício das atividades de Secretaria-Executiva do Conselho. **1. ABERTURA** – O Presidente do Conselho abriu a reunião, verificando a presença do quórum e fazendo a leitura da pauta do dia. **2. COMUNICADOS E INFORMES – 2.1. Atas publicadas** - Foram disponibilizadas, para conhecimento e acompanhamento, no repositório corporativo, as seguintes atas publicadas: do Conselho de Administração (6ª reunião ordinária de 2021 e 13ª, 14ª, 15ª e 16ª reuniões extraordinárias de 2021), do Comitê de Auditoria (11ª reunião ordinária de 2021) e da Diretoria Executiva (20ª, 22ª e 24ª reuniões ordinárias de 2021 e 2ª reunião extraordinária de 2021). **2.2. Informe da Auditoria Interna** - Foi disponibilizada no repositório corporativo, a seguinte documentação: (i) informe da AUDIN “Acompanhamentos AUDIN – julho/2021”; (ii) Apresentação da Proposta revisão do PAINT 2021. O Presidente destacou que a Revisão do PAINT, listado como item no Relatório do Informe da Auditoria, deverá fazer parte da pauta da próxima reunião, visando a aprovação pelo Colegiado. O Auditor Interno apresentou o relatório, detalhando sobre os itens específicos que seriam tratados na pauta dessa reunião ordinária, a saber: atendimento da recomendação do Conselho Fiscal para inclusão de indicador de atendimento a recomendações da auditoria interna e externa, que impactaria os programas de Remuneração variável dos Dirigentes - RVA e Participação nos Lucros e Resultados – PLR; e relatório da auditoria sobre o Fundo Multipatrocinado (SERPROS). Apresentou os demais itens do relatório referentes aos trabalhos da auditoria encerrados no mês de julho de 2021, posicionando sobre: representação da Datavalid; finalização do relatório da CGU sobre os riscos dos cenários de desestatização do Serpro; representação do contrato da *Pricewaterhouse Coopers* (PwC); suspensão do processo de Licitação para aquisição de Notebooks; e representação no TCU referente ao contrato com a empresa BDO RCS Auditores Independentes. O Conselheiro Marco Aurélio Sobrosa Friedl solicitou o relatório detalhado

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço <<http://www.serpro.gov.br/assinador-digital>>.

da auditoria sobre o Serpro *Multicloud*. . O Auditor Interno também posicionou sobre as recomendações emitidas há mais de 12 meses, esclarecendo que a regulamentação do processo vem sendo tratada junto ao Comitê de Auditoria, assim como os reportes priorizados pelo Conselho de Administração na 6ª Reunião Ordinária de 29 de junho de 2021. O Presidente do Conselho questionou, no caso da representação da *Datavalid*, se Serpro teve a oportunidade de se manifestar junto à ANPD para apresentação sobre o produto e características de proteção de dados, sendo respondido que a equipe responsável já vem realizando apresentações para detalhamento do serviço. O Conselheiro Marco Aurélio Sobrosa Friedl questionou sobre a estrutura e forma do relatório da CGU, sendo respondido pelo Auditor Interno que, devido a natureza do trabalho, o relatório apresenta um panorama geral, detalhando os riscos e oportunidades de cada modelo analisado e orientando para que os pontos abordados sejam analisados nos estudos de condução do processo de desestatização. Foi solicitado ainda pelo conselheiro esclarecimentos sobre o objetivo da licitação para aquisição de notebooks e suspensão do processo, sendo respondido que se refere a aquisição de notebooks para o teletrabalho e que foi questionado pela CGU a indicação de marca de processador, sendo analisado pela Diretoria de Operações e suspenso para revisão e nova publicação do Edital. O Conselheiro Marco Paulo Reis Tanure solicitou esclarecimentos sobre a representação relacionada ao contrato da *PwC*, sendo esclarecido que ainda existe no TCU uma situação controversa sobre o pagamento da parcela executada e recomendações da CGU no sentido de normatizar o processo de obtenção de anuência do cliente e de retenção de *logs* por 1 ano. O Colegiado registrou ciência do relatório e solicitou: (a) o relatório detalhado da auditoria sobre o Serpro *Multicloud*. **2.3. Comunicados Gerais - 2.3.1.** O Presidente do Conselho comunicou sobre a disponibilização do parecer jurídico de avaliação da eleição e posse do Conselheiro Geraldo José da Câmara Ferreira de Melo Filho, com conclusão de nulidade com efeitos ex-tunc, retroagindo à data da eleição. **2.3.2.** O Presidente do Conselho comunicou sobre a realização da 3ª Assembleia Geral Extraordinária de 2021 em 23 de julho de 2021, para adequação do Estatuto Social do Serpro. Foi destacada as tratativas realizadas junto à SEST, Tesouro Nacional e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN para análise dos itens alterados, e apresentadas as alterações mais significativas. Foi informado que será realizada uma avaliação de impacto das alterações nas próximas semanas, para apresentação ao Colegiado. **3. ATAS E ACOMPANHAMENTO DE SOLICITAÇÕES DE REUNIÕES ANTERIORES – 3.1. Atas do Colegiado** - Foi informado não haver pendência de validação de atas. **3.2. Acompanhamento de Demandas** - Foi disponibilizada no repositório a planilha de Acompanhamento de Demandas relativa às solicitações do Conselho e informado pela Secretaria-Executiva o atendimento nesta reunião ordinária, dos itens 8, 14 e 15 desta ata. **4. REGISTRO DO TERMO DE POSSE DE NOVO CONSELHEIRO** – Foi disponibilizado no SerproDrive o seguinte documento: (i)

Termo de Posse. O Presidente do Conselho comunicou a eleição e posse do Conselheiro João Manoel da Cruz Simões na 2ª Assembleia Geral Extraordinária de 8 de julho de 2021. Fazendo uso da palavra, o Presidente do Conselho deu as boas-vindas ao novo Conselheiro e manifestou sua satisfação com a referida escolha, indicando que suas qualificações serão importantes para a execução das atividades do Conselho de Administração. O Conselheiro João Manoel da Cruz Simões agradeceu as boas-vindas e expôs ao Colegiado alguns marcos de sua experiência na Administração Pública, em outros Conselhos e em especial na Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST. O Diretor-Presidente do Serpro saudou o novo Conselheiro em nome da Diretoria Executiva, manifestando que a experiência profissional do Conselheiro João Manoel da Cruz Simões contribuirá para o alcance dos desafios e objetivos do Serpro.

5. ESCOLHA DO SUBSTITUTO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – O Presidente do Conselho informou que conforme Estatuto Social do Serpro, Art. 14, § 1º, o substituto do Presidente do Conselho de Administração seria escolhido pelo Colegiado, dentre os membros indicados pelo Ministro de Estado da Economia, à exceção dos independentes. O Colegiado aprovou o nome do Conselheiro Marco Paulo Reis Tanure, como substituto do Presidente do Conselho de Administração.

6. ELEGER MEMBRO DO COMITÊ DE AUDITORIA - Foi disponibilizada no SerproDrive a seguinte documentação: (i) Ata da 12ª Reunião do Comitê de Elegibilidade; (ii) Cadastro do Membro do COAUD preenchido e assinado; (iii) email de manifestação formal do Membro; e (iii) documento do Currículo; (iv) documento de Formação Acadêmica; (v) Diploma de Mestrado; (vi) documento comprobatório da Experiência Profissional; e (vii) Certificados de Cursos IBGC. O Presidente do Conselho informou que conforme ata da 12ª Reunião do Comitê de Elegibilidade disponibilizada, o Comitê opinou pelo preenchimento dos requisitos para a reeleição do Senhor Antônio Edson Maciel dos Santos, para a função de Membro do Comitê de Auditoria Estatutário do Serpro - COAUD. O Colegiado, considerando a avaliação do Comitê de Elegibilidade, decidiu pela reeleição do Senhor Antônio Edson Maciel dos Santos para cumprimento do 2º mandato de 3 anos, que se inicia em 01/08/2021 e perdura até o dia 31/07/2024.

7. APROVAR CONTRATO DA IBM - Em função de utilização da ata para realização de tratativas negociais, o assunto foi tratado como 17ª Reunião Extraordinária de 2021 do Conselho de Administração.

8. APRESENTAR ANÁLISE DE RISCOS DOS SISTEMAS DE MISSÃO CRÍTICA – Foi disponibilizada no repositório a seguinte documentação: (i) Apresentação "Sistemas de Missão Crítica"; (ii) lista de Sistema de Missão Crítica e riscos; (iii) Relatórios de Avaliação e de Tratamento dos Riscos do Novo MEI; e (iv) Relatórios de Avaliação e de Tratamento dos Riscos do Acesso Gov BR. Participaram da apresentação do assunto, com a aprovação do Presidente do Conselho: O Diretor de Operações, Senhor Antonino dos Santos Guerra Neto, o Superintendente de Segurança da Informação, Senhor João Vieira de Almeida Junior, o Gerente do Departamento de Gestão

da Segurança da Informação e da Continuidade de Negócios, Senhor Marcos Allemand Lopes e a Gerente do Departamento de Auditoria em Tecnologia da Informação e Negócios, Senhora Ângela Maria Cristina Clara. Foi apresentada a forma de tratamento da análise de riscos dos serviços de missão crítica - SMC, detalhando as etapas e a quantidade de análises de segurança realizadas nos anos de 2019, 2020 e 2021. Detalhou-se ainda as situações de análise dos SMC e os critérios e estratégia de priorização dos sistemas realizados por meio do processo de BIA (*Business Impact Analysis*). Apresentou o resumo do ciclo de BIA para 2021, detalhando a quantidade de serviços de missão críticas e as infraestruturas críticas internas por Diretoria e por unidade demandante. Foram apresentadas as ações realizadas e controles implementados, destacando por camada de segurança os controles implantados e os novos controles a serem implementados pela Diretoria de Operações. Questionado pelo Colegiado se os sistemas de missão crítica possuem todos os controles implementados, foi respondido que alguns controles são estruturados para uma determinada plataforma ou camada, aplicando-se a todos os sistemas relacionados, e outros controles são implementados por sistema. O Presidente do Conselho solicitou a elaboração de visão executiva e consolidada dos SMC, independente da infraestrutura e ou camada, no qual seja apresentada uma matriz de relacionamento entre os controles e sistemas, com totais e situação de implementação e principais riscos relacionados. O Diretor de Operações destacou alguns controles que estão em fase de implementação, posicionando a situação atual dos principais riscos e o relacionamento com os riscos estratégicos de responsabilidade da DIOPE. O Colegiado registrou ciência sobre o assunto e solicitou: (b) elaboração de visão executiva dos SMC para apresentação em reunião próxima.

9. APROVAR REVISÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

– Foi disponibilizada no repositório a seguinte documentação: (i) apresentação “Revisão do Plano Corporativo de Gestão de Riscos e Controles Internos 2021”; (ii) documento “Plano Corporativo de Gestão de Riscos e Controles Internos – Revisado”; (iii) documento de Comparação entre Plano de GRCI 2021 e Revisão de Plano de GRCI 2021; (iv) Nota Técnica 182/2021; (v) Deliberação e Anexo RI-016/2021; e (vi) Extrato da Ata da 25ª Reunião Ordinária de 2021 da DIREX. Por solicitação do Diretor-Presidente, e tendo ciência prévia do material, o Colegiado definiu pela apresentação do tema em reunião próxima.

10. APRECIAR O RELATÓRIO DE AUDITORIA INTERNA: FUNDO MULTIPATROCINADO – SERPROS E ENCAMINHAR PARA A PREVIC -

Em função do encaminhamento da ata para Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, o assunto foi tratado como 18ª Reunião Extraordinária de 2021 do Conselho de Administração.

11. ACOMPANHAR O DESEMPENHO DA ATIVIDADE DA AUDITORIA INTERNA E RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELA AUDITORIA INTERNA E ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO (MATRIZ GUT) –

Foi disponibilizada no repositório a seguinte documentação: (i) apresentação “01-Acompanhamento Pendências

Auditorias de CGU, TCU e da Auditoria Interna”; (ii) Extrato da Ata da 28ª Reunião Ordinária de 2021 da DIREX. Participaram da apresentação do assunto, com a aprovação do Presidente do Conselho: Os membros do Comitê de Auditoria (COAUD), Senhores Mauro Rodrigues Uchôa, Adilson Herrero e Antônio Edson Maciel dos Santos, o Assessor da Secretaria-Executiva do Comitê, Senhor Nilton Rocha de Araújo, a Gerente do Departamento de Assessoramento à Auditoria Interna e Externa, Senhora Maria Juliane Leite Mendonca Macedo, e o Gerente do Departamento de Auditoria Contínua, Senhor Rennis Sousa de Oliveira. Por tratar de pauta da Auditoria Interna, o Diretor-Presidente não participou da apresentação do tema. O Auditor Interno, Senhor Carlos Moraes de Jesus, apresentou o quadro com a situação do fluxo de atendimento das recomendações em 2020 e 2021. Acessou o painel da Auditoria Interna, apresentando o panorama de indicadores e gráficos das recomendações, as visões por riscos, categoria de impactos e eficiência no atendimento, além de detalhar as tratativas realizadas e principais recomendações com tempo de vida maior que 12 meses. Foram apresentadas também as visões com os indicadores das recomendações emitidas pela CGU e TCU. O Colegiado questionou sobre o fluxo de aceitação das recomendações com tempo vida maior que 12 meses, sendo respondido que os Diretores propuseram a aceitação de 2 riscos, mas que o processo ainda está sendo regulamentado em conjunto com o Comitê de Auditoria, para análise da lógica de alçadas de aceitação dos riscos. Informou que a minuta de norma foi avaliada pelo COAUD, para posterior encaminhamento ao Conselho de Administração. O Senhor Antônio Edson Maciel dos Santos, do Comitê de Auditoria, destacou que a lógica de alçadas seria um assunto importante no tratamento dos riscos, tendo em vista que determinados riscos de grande impacto para a organização, não poderiam ser aceitos diretamente por um Diretor, devendo ser analisado pelo Comitê de Auditoria, como órgão responsável pelo monitoramento da exposição de riscos da organização, e aprovado pelo Conselho de Administração. Desta forma, o COAUD em conjunto com a AUDIN estão aprofundando essa análise, para identificação de um parâmetro relacionado ao processo de alçada da aceitação dos riscos. O Senhor Carlos Moraes de Jesus destacou que o painel da Auditoria Interna foi disponibilizado aos Conselheiros, atendendo à solicitação de apresentação da visão executiva das recomendações, solicitada na 6ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração de 29 de junho de 2021. O Colegiado registrou ciência sobre o assunto. **12. APROVAR A MANIFESTAÇÃO LEGAL DO PATROCINADOR SOBRE A ALTERAÇÃO DE REGULAMENTO DO PLANO PS-II – SERPROS - Em função do encaminhamento da ata para Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, o assunto foi tratado como 19ª Reunião Extraordinária de 2021 do Conselho de Administração.** **13. ACOMPANHAR OS PROCESSOS JURÍDICOS ESTRATÉGICOS (ACIMA DE R\$ 1,2 MILHÃO, COM RISCO DE DESEMBOLSO) -** Foi disponibilizada no SerproDrive a seguinte documentação: (i) a apresentação do “Acompanhamento Processos Jurídicos

Estratégicos - 2o Trimestre”; (ii) o documento "SERPRO AUTOR - Acompanhamento Estratégico - Relatório Analítico”; (iii) o documento "SERPRO AUTOR - Acompanhamento Estratégico - Planilha”; (iv) o documento "SERPRO REU - Acompanhamento Estratégico - Relatório Analítico”; e (v) o documento "SERPRO REU - Acompanhamento Estratégico – Planilha”. Participaram da apresentação do assunto, com a aprovação do Presidente do Conselho: O Superintendente Jurídico, Senhor Juliano Couto Gondim Naves, os membros do Comitê de Auditoria (COAUD), Senhores Mauro Rodrigues Uchôa, Adilson Herrero e Antônio Edson Maciel dos Santos, o Assessor da Secretaria-Executiva do Comitê, Senhor Nilton Rocha de Araújo, o Gerente do Departamento de Auditoria em Gestão Empresarial e Pessoas, Senhor Nilson Romero Michiles Junior. O Superintendente Jurídico, Senhor Juliano Couto Gondim Naves, contextualizou o assunto, apresentando as informações relevantes dos processos judiciais estratégicos do Serpro como Réu. Apresentou também a visão consolidada dos processos do Serpro como Autor, destacando a quantidade de processos, valores e economia dos acordos, detalhando acordos de processos críticos e tratativas realizadas. O Diretor-Presidente ressaltou que a Superintendência Jurídica - SUPJU continua com a política de avaliação de alternativas de acordos, atuando em processos de alto valor e na redução do volume do passivo. O Conselheiro João Manoel da Cruz Simões destacou a importância de levantamento dos principais assuntos motivadores de processos judiciais, em especial nos últimos 2 anos, visando identificar a motivação dos processos e ações necessárias nas diversas instâncias da empresa que possam minimizar a geração do passivo. Foi destacado pelo Superintendente Jurídico que atualmente não se identificam assuntos específicos que gerem um conjunto de processos judiciais, tendo em vista as ações realizadas com as áreas e jurisprudências criadas a partir das análises dos processos junto aos Tribunais. O Presidente do Conselho solicitou elaboração e encaminhamento de visão executiva, contendo o histórico dos processos judiciais e acordos realizados, com quantitativo e valores, para que os novos Conselheiros acompanhem as tratativas realizadas pela Superintendência Jurídica. O Conselheiro Marco Aurélio Sobrosa Friedl solicitou que nas reuniões trimestrais de acompanhamento também fossem apresentadas também a situação dos processos e acordos aprovados pelo Conselho de Administração, sendo confirmada pelo Superintendente Jurídico a inclusão da solicitação na próxima reunião de acompanhamento e detalhada a situação dos processos judiciais aprovados pelo Conselho. O Colegiado registrou ciência do assunto e solicitou: (c) elaboração de material contendo visão executiva dos processos judiciais, principais assuntos motivadores de processos e ações realizadas; (d) apresentação, na próxima reunião de acompanhamento, da situação dos processos e ou acordos aprovados pelo Conselho de Administração.

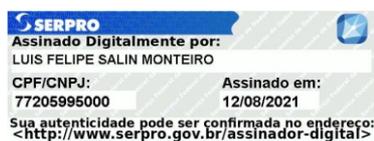
14. APRESENTAR ATENDIMENTO À RECOMENDAÇÃO DO CF: INDICADOR DE ATENDIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES IMPACTANDO RVA E PLR - Foi disponibilizado no repositório o seguinte documento: (i) Apresentação "Benchmark

Estatais RVA-PLR e Controles Internos". Participaram da apresentação do assunto, com a aprovação do Presidente do Conselho: O Diretor de Desenvolvimento Humano, Senhor Wilson Biancardi Coury, a Superintendente de Gestão de Pessoas, Senhora Cátia Gontijo Rezende, o Gerente da Divisão de Gestão das Relações Sindicais e Frequência, Senhor Geoffrey Souza Cordeiro, a Gerente da Divisão de Gestão da Folha de Pagamento, Senhora Nilva Hoffmann, e o Gerente do Departamento de Auditoria em Gestão Empresarial e Pessoas, Senhor Nilson Romero Michiles Junior. O Auditor Interno, Senhor Carlos Moraes de Jesus, contextualizou o assunto, informando que a apresentação objetivava atender a recomendação do Conselho Fiscal para análise de indicador específico de efetividade das recomendações da auditoria interna e órgãos de controle nos programas de Remuneração variável dos Dirigentes - RVA e Participação nos Lucros e Resultados - PLR, em função do histórico relacionado ao nível de atendimento das recomendações pelas Diretorias, além do atendimento à solicitação do Conselho de Administração, realizada na 5ª Reunião Extraordinária de 19 de abril de 2021, para consulta de como outras empresas estatais tratam o atendimento às recomendações nesses programas. O Senhor Carlos Moraes de Jesus apresentou o resultado do *Benchmark* com as empresas Banco do Brasil, Caixa Econômica, Eletrobrás, Dataprev, BNDS e B3, demonstrando a forma de utilização de indicadores específicos em RVA e PLR e ou alternativas de tratamento das recomendações como indicadores tratados no nível de controle interno. Destacou que a SEST orienta em se evitar a utilização de indicadores estritos de cumprimento de requisito legal como métrica de bonificação nesses programas, manifestando sua discordância em resumir o atendimento de recomendações ao simples cumprimento de requisitos legais, tendo em vista o foco em melhorias operacionais. O Senhor Carlos Moraes de Jesus, considerando o *Benchmark* realizado, a orientação da SEST e a necessidade de maior maturidade da Empresa para aplicação de indicador de efetividade do controle, propôs como alternativa a ser tratada com a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração: I) inclusão de indicador de atendimento a recomendações e planos de ação no *cockpit* da Diretoria, sem impactar nos programas de PRL e RVA; e II) implantação de normativo estruturando o fluxo de escalada de recomendações e planos de ação pendentes de atendimento. O Colegiado concordou com a alternativa apresentada pela Auditoria Interna, com implementação no ciclo atual, mas solicitou que a Diretoria de Desenvolvimento Humano realize um estudo, para o próximo ciclo dos programas, para identificação de um deflator para o não atendimento das recomendações no prazo. O Conselheiro João Manoel da Cruz Simões comentou que para a SEST os indicadores de PRL e RVA são vinculados à alavancagem dos resultados da empresa, e que o Serpro precisaria fazer um estudo analisando como essas recomendações afetam a organização e como um indicador ou deflator geral ou específico por Diretoria poderia alavancar o resultado do Serpro. O Colegiado concordou com a proposta apresentada pela Auditoria Interna para implantação no ciclo atual e envio

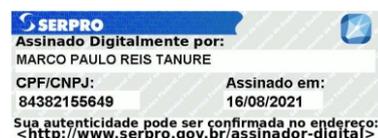
ao Conselho Fiscal, e solicitou: (e) realização de estudos pela Diretoria de Desenvolvimento Humano, para o próximo ciclo dos programas de PRL e RVA, para proposição de alternativas que considere a conformidade em relação ao atendimento das recomendações da Auditoria Interna e Externa. **15. APRESENTAR REGRAS DE SUBMISSÃO PRÉVIA DE CONTRATAÇÕES À SEDDM** - Foi disponibilizada no SerproDrive a seguinte documentação: (i) documento da “Decisão Diretiva CJ-084/2021; e (ii) Extrato da Ata da 28ª Reunião Ordinária de 2021 da DIREX. Participaram da apresentação do assunto, com a aprovação do Presidente do Conselho: O Superintendente Jurídico, Senhor Juliano Couto Gondim Naves, e o Gerente do Departamento de Auditoria em Gestão de Aquisições, Contratos e Logística, Senhor Marcos José Perini. O Superintendente Jurídico, Senhor Juliano Couto Gondim Naves, contextualizou o assunto informando que a Decisão Diretiva objetiva regular os Artigos 47 e 59, § 1º, Inciso III, do Decreto nº 2.594/98, que dispõe sobre a inclusão no Programa Nacional de Desestatização, conforme solicitação do Conselho de Administração na Ata 4ª Reunião Ordinária de 27 de abril de 2021. Apresentou os principais pontos do normativo, detalhando as hipóteses que demandam prévia autorização do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e da Secretaria Especial de Desestatização, Desenvolvimento e Mercados do Ministério da Economia (SEDDM/ME). O Colegiado registrou ciência sobre o assunto, considerando atendida a solicitação do Conselho de Administração. **16. INFORME DO PROCESSO DE DESESTATIZAÇÃO – (Assunto caracterizado como Informação Sigilosa protegida por Sigilo Comercial, fundamentado no §1º do Art. 155 da Lei 6.404/1976, e amparado pelo Art. 22 da Lei 12.527/2011. O sigilo deve ser mantido até a conclusão do processo de desestatização da Empresa)**

O Colegiado registrou ciência sobre o assunto. **17. ASSUNTOS GERAIS** – O Conselheiro Marco Aurélio Sobrosa Friedl informou que a Secretaria-Executiva do Conselho de Administração encaminhou para conhecimento o Ofício de resposta do Serpro ao Ofício 007/2021 da Associação dos Participantes e Assistidos do SERPROS – ASPAS, em atenção à solicitação de esclarecimentos registrada na 6ª Reunião Ordinária de 29 de julho de 2021. O Diretor-Presidente reiterou os termos do Ofício de resposta, destacando que não restavam pendências à decisão em relação à mudança da Sede do Rio de Janeiro para Brasília. O Conselheiro Marco Aurélio Sobrosa Friedl também registrou dois outros pontos, sendo o primeiro uma dúvida se

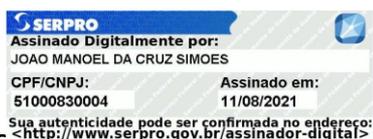
ocorreu a autorização prévia do Conselho de Administração para alienação de imóveis do Serpro constante da Resolução CPPI nº 190, de 14 de julho de 2021, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), e o segundo, sobre o encaminhamento à Secretaria-Executiva do Conselho de Administração de Carta Aberta à Diretoria do Serpro assinada por empregados do Serpro, reivindicando a postergação do retorno ao trabalho presencial previsto para agosto deste ano e a implementação célere da proposta de trabalho remoto, que tiveram os estudos divulgados pela empresa no início deste mês. A Secretaria-Executiva do Conselho de Administração informou que a referida Carta foi despachada para Diretoria-Executiva. **18. PRÓXIMA REUNIÃO** – Os Conselheiros confirmaram a data da 8ª Reunião Ordinária de 2021 para o dia 31 de agosto de 2021, a partir das 08h30. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 13h20 e eu, Edilaine Rosa de Sousa Matos, por ordem do Presidente do Conselho, lavrei a presente Ata, que foi apresentada, dentro do prazo regimental, para ser assinada pelos Conselheiros e por mim.



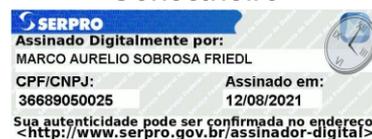
LUIS FELIPE SALIN MONTEIRO
Presidente do Conselho



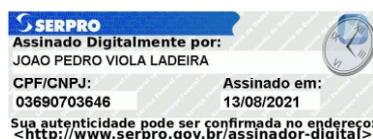
MARCO PAULO REIS TANURE
Conselheiro



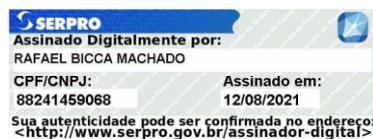
JOAO MANOEL DA CRUZ SIMÕES
Conselheiro



MARCO AURÉLIO SOBROSA FRIEDL
Conselheiro



JOÃO PEDRO VIOLA LADEIRA
Conselheiro



RAFAEL BICCA MACHADO
Conselheiro



EDILAINÉ ROSA DE SOUSA MATOS
Secretária-Executiva